

# **TERMO DE REFERÊNCIA**

## **SUMÁRIO**

<b>I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO</b>	<b>2</b>
1. Do objeto	2
2. Valor estimado	2
3. Prazo de vigência e instrumento contratual	3
<b>II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>3</b>
4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação	3
5. Da descrição da solução	3
<b>III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO</b>	<b>4</b>
6. Do Estudo Técnico Preliminar	4
<b>IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>4</b>
7. Da Sustentabilidade	4
8. Da exclusividade de participação de ME e EPP	4
9. Da participação de consórcios	5
10. Da participação de cooperativas	5
11. Da subcontratação	5
12. Garantia de contratação	6
<b>V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>	<b>6</b>
13. Condições de entrega	6
14. Instalação de escritório	8
15. Garantia, manutenção e assistência técnica	9
<b>VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</b>	<b>9</b>
16. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente (dispensa de contrato, no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.	9
17. Obrigações especiais	9
<b>VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO</b>	<b>11</b>
18. Forma de seleção	11
<b>VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA</b>	<b>11</b>
<b>IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO</b>	<b>11</b>
19. Habilitação jurídica	11
20. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária	14
21. Qualificação Técnica	15
22. Da Qualificação Técnico-Operacional	17
<b>X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>19</b>

## I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

### 1. Do objeto

1.1. Contratação de empresa para serviço de fornecimento de pão francês, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNIDADE DE MEDIDA	QNT. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL	QNT. QUINQUENAL	VALOR QUINQUENAL
1	MPE	PÃO FRANCÊS 50 GRAMAS, FABRICADO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FERMENTO, SAL E ÓLEO.	1011016	KG	1.500	R\$ 22,15	R\$ 33.225,00	7.500	R\$ 166.125,00
*Item reservado para Micro e Pequenas Empresas.									

1.2. Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, posto que se enquadram aos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### 2. Valor estimado

2.1. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

2.1.1. A data de consolidação do orçamento é: 24/03/2026

2.2. O custo estimado anual da contratação é de **R\$ 33.225,00 (trinta e três mil, duzentos e vinte e cinco reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2.3. O custo estimado total da contratação, para o período de 5 (cinco) anos, é de **R\$ 166.125,00 (cento e sessenta e seis mil, cento e vinte e cinco reais).**

2.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

### **3. Prazo de vigência e instrumento contratual**

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

3.2. O empenho deverá ser renovado a cada exercício.

3.3. A vantajosidade econômica da manutenção da contratação deverá ser atestada a cada exercício pelo gestor do contrato.

3.4. Caso a manutenção do contrato se torne desvantajosa, poderá ser procedida sua extinção, sem ônus, pelo gestor do contrato, nos termos do art. 106, inciso III e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista os elementos evidenciados no item 2 do Estudo Técnico Preliminar.

3.6. Com os fundamentos apresentados no subitem anterior, a autoridade competente atesta a vantajosidade econômica na contratação plurianual.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação**

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

### **5. Da descrição da solução**

5.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

A. Id PCA no PNCP: 1011016

B. Classe/Grupo: 8920/101

C. Identificador da Futura Contratação: 926922

### **III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

#### **6. Do Estudo Técnico Preliminar**

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

### **IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **7. Da Sustentabilidade**

7.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Estudo Técnico Preliminar como requisito previsto em lei especial

#### **8. Da exclusividade de participação de ME e EPP**

8.1. A presente licitação será exclusiva para participação de empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, tendo em vista o enquadramento no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

## **9. Da participação de consórcios**

9.1. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada à ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de produtos se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

## **10. Da participação de cooperativas**

10.1. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no tópico de Habilitação Jurídica deste Termo.

## **11. Da subcontratação**

11.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto.

11.2. A subcontratação fica limitada a 30 (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

11.2.1. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

**11.2.1.1. Exclusivamente para a execução da entrega do item mencionado, se previamente aprovada pela fiscalização, parte essa que não constitui o escopo principal do objeto.**

11.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

11.2.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

11.2.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

11.3. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

## **12. Garantia de contratação**

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2. O contrato ou termo substitutivo oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **13. Condições de entrega**

13.1. **As entregas serão de acordo com a autorização prévia da secretaria ordenadora, em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Diretoria de Logística e Gestão Operacional nesta municipalidade.**

13.2. **Deverá ser realizada a entrega dos pães de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados, nas dependências da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Diretoria de Logística e Gestão Operacional, nos horários e quantitativos pré-estimados abaixo:**

13.3.

Locais	Quantidade aproximada de pães por dia	
	Manhã – 7:00 (com tolerância de 30 minutos)	Tarde – 13:00 (com tolerância de 30 minutos)
Centro Administrativo Virgílio Galassi - Secretaria Municipal de Infraestrutura – Av. Anselmo Alves dos Santos, n 600, Bairro Santa Mônica – Bloco 02, Piso 02.	0,5 Kg	0,5 Kg
Diretoria de Logística e Gestão Operacional- Av. das Gameleiras, n 342, Bairro Jaraguá.	3 Kg	1 Kg
<b>TOTAL DIÁRIO (aprox.)</b>	5 Kg	
<b>TOTAL MENSAL (aprox.)</b>	100 Kg	

13.4. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem caráter meramente estimativo, tendo sido calculados com base em histórico de consumo e previsão de atividades da Secretaria, não constituindo obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

13.5. Será constatado atraso injustificado, o atraso na entrega superior ao limite de tolerância de 30 minutos. Considera-se justificado o atraso no caso de acidentes, congestionamento anormal, interrupção de vias que alterem o trajeto, entre outras situações similares.

13.6. Fica proibida a entrega dos objetos em qualquer lugar que não seja nos locais indicados no subitem 12.3, não podendo deixar o objeto das entregas em cima de muros, em árvores, em portões ou quaisquer locais inadequados ao recebimento do objeto.

13.7. A quantidade dos itens entregues deve ser conferida no momento da entrega pela pessoa responsável pelo recebimento;

13.8. Os objetos deverão ser acompanhados pelo comprovante de entrega para cada parcela da entrega, em cada setor, e este deverá ser conferido e assinado pelo responsável do recebimento, ficando uma via com este e uma com o fornecedor.

13.9. Os produtos deverão ser entregues em embalagens apropriadas, seguindo os padrões legais.

13.10. O produto, mesmo que aceito, fica sujeito a substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto;

13.11. O transporte deverá ser apropriado dentro dos padrões legais.

#### **14. Instalação de escritório**

14.1. Considera-se imprescindível para a adequada execução das entregas que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Uberlândia-MG, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato.

14.1.1. Esta exigência se faz necessária pois considerando que o objeto da presente licitação é o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios de panificação (pães), trata-se de produtos de alta perecibilidade e consumo imediato. A natureza do item exige entregas diárias, em horários específicos, para atender ao órgão solicitante. Assim sendo, estabelece-se a necessidade de a contratada manter, no município de Uberlândia, um ponto de apoio operacional/escritório administrativo. Tal exigência não se confunde com restrição à competitividade, mas sim com garantia de execução, pelas razões de:

14.1.1.1. Dada a natureza do produto, qualquer inconformidade detectada no ato da entrega (pães fora do padrão, avariados ou com validade comprometida) exige substituição em tempo inferior a 2 (duas) horas;

14.1.1.2. A existência de um preposto local e estrutura de apoio permite que a empresa responda prontamente a falhas logísticas comuns ao setor, como quebras de veículos de entrega ou intercorrências climáticas;

14.1.1.3. A proximidade administrativa facilita a comunicação direta entre o Fiscal do Contrato e o representante da empresa para ajustes de quantitativos e notificações, assegurando a transparência e a agilidade exigidas.



- 14.1.1.4. Ressalte-se que a presente exigência deverá ser cumprida apenas pela licitante vencedora, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato. Dessa forma, preserva-se a ampla competitividade no certame, não se exigindo custos prévios de instalação das empresas participantes, mas apenas daquela que vier a ser contratada para a execução por 60 (sessenta) meses.

**15. Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 15.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido no art. 26 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

16. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente (dispensa de contrato, no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.

**17. Obrigações especiais**

- 17.1. Os produtos deverão atender aos regulamentos técnicos específicos de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia de fabricação, contaminantes, embalagens, características macroscópicas e microbiológicas, rotulagem de alimentos embalados, rotulagem nutricional complementar, quando for o caso.

- 17.2. Os produtos deverão ser de qualidade, conforme especificações no item 1.1 deste Termo de Referência; deverão ser preparados a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isentas de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Não deverão estar queimados ou malcozidos; deverão apresentar cor, tamanho e formato uniformes (característico do produto).

- 17.3. Serão considerados impróprios para consumo os produtos que apresentarem: presença de fungos externa ou internamente, cor, odor ou sabor anormais; contenham substâncias tóxicas.

- 17.4. Será rejeitado o produto queimado ou malcozido e não será permitida a adição de corantes de qualquer natureza em sua confecção.

- 17.5. O montante total, separado por entrega e local, deverá ser acondicionado em embalagens atóxicas e apropriadas para que não amassem e não sejam contaminados.

17.6. **A embalagem e acessórios deverão seguir os padrões de higiene exigidos pela legislação vigente e Vigilância Sanitária.**

17.7. **A fabricação dos produtos de panificação, as embalagens e as entregas deverão seguir os padrões de higiene, conservação e transportes exigidos pela Vigilância Sanitária e legislação vigente.**

17.8. **O fornecedor deverá seguir ao disposto na Portaria CVS-6/99, de 10.03.99, que regulamenta os parâmetros e critérios para controle higiênico-sanitário para estabelecimentos de alimentos.**

17.9. **Normas e/ou documentos aplicáveis:**

17.9.1. **RDC 263 de 22/09/2005 - Regulamento Técnico para produtos de cereais, amidos, farinhas, farelos.**

17.9.2. **Portaria 326 de 30/07/1997 - Regulamento Técnico sobre Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializados de Alimentos.**

17.9.3. **Resolução SES 532 de 12/04/1993/MG - Normatiza e Padroniza o Transporte de Alimentos para Consumo Humano.**

17.9.4. **Lei 10.273 de 05/09/2001 - Proibição do Uso do Bromato de Potássio na Farinha e nos Produtos de Panificação.**

17.9.5. **RDC nº 331, de 23 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre os padrões microbiológicos de alimentos e sua aplicação.**

17.9.6. **IN nº 60, de 23 de dezembro de 2019 - Estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos.**

## **VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO**

### **18. Forma de seleção**

18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento LICITATÓRIO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

## **VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA**

18.2. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

## **IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

18.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender aos itens a seguir.

18.4. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, a licitante deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inciso II, da mesma Lei.

### **19. Habilitação jurídica**

19.1. Tendo em vista o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, os documentos de habilitação que não forem mencionados neste documento serão dispensados, considerando-se a complexidade do objeto e/ou a análise de risco.

19.2. Declaração de que atende aos requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;

19.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.3.1. Nas licitações realizadas pelo ComprasGov, a declaração será prestada por registro no sistema; nos demais casos, deverá ser apresentada por meio de documento próprio.

19.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, bem como o documento de habilitação jurídica conforme orientação dos itens a seguir;

19.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

19.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

19.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

19.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

19.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, que demonstre a constituição e o funcionamento da cooperativa com observância das regras estabelecidas da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar Federal nº 130, de 17 de abril de 2009, acompanhada do registro de que trata, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

19.4.8.1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017:

19.4.8.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

19.4.8.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

19.4.8.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

19.4.8.1.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

19.4.8.1.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; b) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; c) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

19.4.8.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

19.4.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

19.4.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

19.4.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....

19.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **20. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária**

20.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;

20.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

20.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

20.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.5. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

20.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

20.7. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

20.8. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

20.9. Em caso de contratação custeada por recursos originados de transferências voluntárias da União, serão observados todos os requisitos das Instruções Normativas nº 116, de 2021 e 73, de 2022.

## **21. Qualificação Técnica**

21.1. **Os documentos de qualificação técnica abaixo serão avaliados pela área técnica do órgão Demandante responsável pela elaboração deste Termo, que manifestará pelo deferimento ou indeferimento de cada documento.**

21.2. **Havendo necessidade de esclarecimentos, a área técnica do órgão Demandante poderá solicitar a realização de diligências visando a complementação ou elucidação dos documentos de qualificação técnica.**

21.3. **O licitante deverá apresentar Declaração assinada pelo representante legal da licitante, nos termos do art. 67, inc. III da Lei Federal nº 14.133/2021, de que possui ou providenciará para o início da prestação dos serviços, conforme prazo definido neste termo, estabelecimento situado no Município de Uberlândia e profissionais habilitados para execução dos serviços em conformidade com as normas expedidas pela Vigilância Sanitária, notadamente nos aspectos de instalações, higienização de instalações, manejo dos resíduos, preparação de alimento, armazenamento e transporte do alimento preparado.**

21.4. **A apresentação da declaração não desobriga a licitante de apresentar os documentos comprobatórios dos requisitos técnicos de atendimento de lei especial vinculados à assinatura do contrato, constantes no item 9.6 deste termo.**

21.5. **A exigência se justifica, conforme recomendação da Assessoria Jurídica da Diretoria de Compras que expõe as seguintes razões:**

- 21.5.1. Considerando o histórico de entraves enfrentados nas contratações que envolvem o fornecimento de produtos alimentícios manejados para consumo (ex. coffee break, marmitex) em relação às condições sanitárias dos estabelecimentos contratados;
- 21.5.2. Considerando que a Ata de Registros de Preços nº 526/2023 e os contratos celebrados, que também visa o fornecimento de pão francês, tiveram recomendação de suspensão pela SME para verificação das condições sanitárias do fornecedor vencedor e possíveis subcontratados;
- 21.5.3. Considerando que os problemas incorrem, em geral, pela exigência de alvará com requisito de habilitação, sem limitação do local de instalação, o que viabiliza que empresas de outras localidades se saiam vencedoras, mas não apresentem condições sanitárias adequadas para prestação do serviço, demandando a subcontratação em Uberlândia de maneira irregular;
- 21.5.4. Considerando que a localização do estabelecimento responsável pela fabricação do produto afeta diretamente as condições de qualidade e entrega do produto, inclusive preço, tendo em vista a limitação temporal prevista no do item 1.4.1;
- 21.5.5. Considerando que a limitação geográfica, em regra, constitui restrição à competitividade, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser adotada de forma excepcional e, assim, desde que devidamente motivada;
- 21.5.6. Considerando que diversos tribunais, como o TCEMG já se manifestaram pela possibilidade:

“... a restrição quanto à localização da oficina da contratada, imposta para atender a contento a Administração Pública, é medida que vai ao encontro do binômio custo-benefício, que, por sua vez, se coaduna com o princípio da economicidade”. (TCE – MG – Denúncia n.º 932347 – Segunda Câmara).

- 21.5.7. Considerando que a contratação não possui vulto econômico alto ou grande complexidade, que não possa ser absorvida pelo mercado local.



21.6. Após a homologação do processo, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, o vencedor deverá apresentar:

21.6.1. Cópia do Alvará Sanitário, conforme art. 33 da Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 (art. 67, IV, lei 14.133/2021).

21.6.2. Caso a empresa seja dispensada de apresentar o Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário e a Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal.

21.7. Justifica-se a necessidade do Alvará Sanitário visando garantir os padrões de qualidade referente às condições higiênicas do local, que, de acordo com a Lei nº 9.782/99, é obrigatório para estabelecimentos que manuseiam alimentos, bem como considerando-se que os produtos que serão adquiridos para fornecimento de maneira recorrente e irão compor diariamente o cardápio dos servidores municipais da lotação, no intuito de garantir a procedência e a qualidade para a segurança alimentar das refeições observando-se a essencialidade da prevenção de doenças transmitidas por meio dos alimentos.

## **22. Da Qualificação Técnico-Operacional**

22.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que traga expressamente o nome da empresa ora licitante como executora, nos termos do art. 67, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.1.1. Os atestados de capacidade técnica serão exigidos para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, onde a licitante deverá apresentar documento(s) que comprove(m) a aptidão para a produção/panificação de pães franceses.

22.1.2. A exigência restringe-se exclusivamente à atividade de panificação, haja vista que esta corresponde à parcela de maior relevância técnica (80%) e de valor mais significativo do objeto, estando em conformidade com o art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.1.3. **Serão exigidos quantitativos mínimos equivalentes a 20% do item mencionado na subcláusula anterior, com referência estrita ao quantitativo anual mencionado neste termo.**

22.1.3.1. **Não será exigida comprovação de capacidade técnica individual do licitante para as atividades de entrega/logística, considerando a autorização expressa para a sua subcontratação, conforme previsto neste termo.**

22.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

22.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

22.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

22.4. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

22.4.1. **O objeto desta contratação divide-se em duas atividades distintas: a panificação (produção dos pães), que representa 80% do escopo, e a entrega/logística, correspondente a 20%. Diante dessa divisão, elegeu-se a panificação como a parcela de maior relevância técnica e valor econômico significativo. O foco da qualificação técnica foi direcionado para garantir que a contratada principal possua capacidade fabril e estrutura de panificação adequadas, evidenciando experiência em aquisição de matéria prima e desenvolvimento de técnica do serviço prestado para a demanda da Secretaria. Por sua vez, a atividade de entrega (20%) foi considerada secundária para fins de habilitação, motivo pelo qual permitiu-se a sua subcontratação. Assim, o quantitativo mínimo exigido no item 22.1.3 reflete estritamente a capacidade de produção necessária, garantindo a segurança da execução contratual sem criar barreiras desnecessárias à competitividade.**

## **X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.5. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 14.651 de 17 de dezembro de 2025, relativa ao exercício financeiro vigente:

Infraestrutura: Requisitante: 13.01 - Cod. Reduzido: 8595 - Proj. Atividade: 04 122 0001 2 190 – Cta Despesa: 3.3.90.30 – Fonte:1.500

22.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Uberlândia, 19 de maio de 2026.

---

Gabrielle Macedo Pereira

ASSISTENTE FCM-8

---

Guilherme Silveira Marques

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**Nome Arquivo: TR Pães 2026 - Retificado - V2.pdf**

**Documento assinado de forma digital por GABRIELLE MACEDO PEREIRA**

**Certificado: \*\*df9b6d9e\*\*\*\*\*43bf32f3\*\*c6227\*\*\*\*\*8129c**

**Data: 19/05/2026 12:26:42**

**Documento assinado de forma digital por Guilherme Silveira Marques**

**Certificado: \*\*b5366a30\*\*\*\*\*7861d1e2\*\*892b5\*\*\*\*\*95aee**

**Data: 19/05/2026 14:08:25**



**20261359709SMO**

**Nosso Identificador: 1176954/2026/SMADC**

**Nome Arquivo: TR 184 2026 v2.pdf**

**Documento autuado de forma digital por MAGNUN SILVA GONCALVES 12715327609**

**Certificado: \*\*IBIjANBg\*\*\*\*\*yE0CBxaX\*\*XnEP7\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data Validade: 11/10/2027**

**Data: 20/05/2026 17:18:56**



**ASSINATURA DIGITAL**

**f0b800820b1050f9fe31d7e74067a45a**

**Nome Arquivo: Anexo II - Termo de Referência.pdf**

**Documento assinado de forma digital por Guilherme Silveira Marques**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*xWfPshq6\*\*61PbR\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/05/2026 08:47:18**



**20261369960SMA/DC**